

O jornalismo como instituição social¹

Guilherme GUERREIRO NETO²

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Resumo

Propõe-se, neste artigo, olhar o jornalismo como instituição social. O percurso segue o conceito de instituição da sociologia, com ênfase na abordagem de Berger e Luckmann, ao modo como é possível acioná-lo para ajudar a compreender o fenômeno jornalístico. É estabelecida relação entre instituição e campo, conceito trabalhado por Bourdieu, com considerações sobre as noções de *habitus* e capital social. Discute-se ainda o processo histórico de institucionalização do jornalismo e sua transformação em campo autônomo para, por fim, problematizar a especificidade da instituição jornalística e localizar o contexto em que esta deve ser analisada hoje.

Palavras-chave: jornalismo; instituição; campo; institucionalização.

Introdução

As instituições atuam na relação indivíduo-sociedade. São procedimentos organizados e estabelecidos, externos à consciência dos indivíduos: uma realidade objetiva. Organizações formais são instituições; mas rotinas, roteiros, regras ou diretrizes informais que se estendem sobre as organizações também são (RYFE; BLACH-ORSTEN, 2011). Tomar o jornalismo como uma instituição social significa considerar que a história da institucionalização do jornalismo é também a da institucionalização dos jornalistas, da redação, das editorias, da entrevista, da notícia, do lead... Ou seja, a instituição jornalística, além de se constituir enquanto entidade abstrata, é formada por uma série de instituições, é o agrupamento de papéis, ambientes, estruturas, procedimentos, formatos, práticas e rotinas cristalizados, institucionalizados.

Embora a ideia de instituição esteja vinculada à de estabilidade, pensar o jornalismo como instituição pode ajudar a entender a natureza das mudanças (RYFE, 2006). Por isso, em meio a tensionamentos sofridos pela instituição e atravessamentos sobre o campo social, analisar as lógicas institucionais torna-se ainda mais relevante. O padrão social de conduta chamado jornalismo tem papel social específico, que o diferencia de outros padrões. Antes de buscar as marcas da especificidade da instituição jornalística e os marcos históricos de sua institucionalização, é preciso localizar o que se quer dizer quando se fala em instituição.

¹ Trabalho apresentado ao GP Teorias do Jornalismo, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, e-mail: neto.guerreiro@gmail.com.

O que é uma instituição?

Instituição é um conceito central na Sociologia, a ponto de Durkheim chamá-la de “a ciência das instituições” (JEPPERSON, 1991). Mas é daqueles conceitos difíceis de utilizar pela amplitude de fenômenos que caracteriza. O casamento, o contrato, o aperto de mão, o Exército, a organização formal, as férias, a disciplina acadêmica... são todos considerados instituições. O que aproxima objetos tão diferentes? Segundo Ronald Jepperson, é o fato de serem “esquemas estáveis de sequências de ação cronicamente repetidas” (1991, p. 145, tradução livre)³.

Se por um lado o termo “instituição” é polissêmico, o que provoca mal-estar, “pois, como se diz, ‘tudo é instituição’” (CASTORIADIS, 2004, p. 163), por outro, certa acepção comum é limitada por uma visão unilateral, muito focada em instituições reconhecidas e reguladas por lei (BERGER; BERGER, 2008). Em um duplo movimento aparentemente contraditório, a construção teórica deve libertar o conceito das amarras estritamente legalistas e, ao mesmo tempo, enfrentar a imprecisão, talvez estabelecendo níveis ou categorias institucionais.

A definição de Peter e Brigitte Berger faz o primeiro movimento ao propor que instituição é “um padrão de controle”, “uma programação da conduta individual imposta pela sociedade” (2008, p. 163). Na mesma toada, Jepperson considera que instituição “representa uma ordem ou um padrão social que tem atingido certo estado ou propriedade” (1991, p. p. 145, tradução livre)⁴ – e aqui “ordem” e “padrão” significam sequências padronizadas de interação. Assim, a linguagem é uma instituição, e provavelmente a primeira e mais importante, porque as outras instituições se fundam nos padrões subjacentes da linguagem (BERGER; BERGER, 2008). Mas para que existem instituições?

As instituições foram criadas para aliviar o indivíduo da necessidade de reinventar o mundo a cada dia e ter de se orientar dentro dele. As instituições criam “programas” para a execução da interação social e para a “realização” de currículos de vida. Elas fornecem padrões comprovados segundo os quais a pessoa pode orientar seu comportamento. Praticando esses modos “prescritos” de comportamento aprende a cumprir as expectativas ligadas a certos papéis como casado, pai, empregado, contribuinte, transeunte, consumidor. Quando as instituições funcionam normalmente, o indivíduo cumpre os papéis a ele atribuídos pela sociedade na forma de esquemas institucionalizados de ação e conduz sua vida no sentido de

³ [...] stable designs for chronically repeated activity sequences.

⁴ [...] a social order or pattern that has attained a certain state or property [...].

currículos de vida assegurados institucionalmente, pré-moldados socialmente e com alto grau de auto-evidência (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 54-55).

Imagine um mundo em que não fossem estabelecidos padrões sociais com certa estabilidade, em que os indivíduos precisassem a todo momento criar subjetivamente modos de agir em situações específicas, em que as novas gerações não herdassem das antigas soluções típicas para questões recorrentes. O alívio de que falam Peter Berger e Thomas Luckmann no trecho acima tem a ver com a suposição de cenários como esses. Para além de vivências puramente subjetivas, a formação de uma estrutura complexa de sentido⁵ depende da “objetivação do sentido subjetivo no agir social” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 18).

As instituições fazem parte da realidade objetiva – embora sejam interiorizadas pelos indivíduos em processo que é parte da construção social da realidade (exteriorização-objetivação-interiorização). São as instituições que administram as reservas de sentido objetivadas e processadas pela sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2004). E o sentido objetivo ajuda a moldar o agir do indivíduo. Há, no entanto, interação constante entre os sentidos objetivado e subjetivo. Além do que, lembram Berger e Luckmann, é significativa a estrutura intersubjetiva das relações sociais.

Em contexto diagnosticado por Berger e Luckmann como de crise de sentido gerada pelo pluralismo moderno, em que as “grandes instituições” se desvinculam de um sistema de valores comum e supraordenado e os indivíduos enfrentam certo grau de desorientação, um estoque de “instituições intermediárias”, entre outros fatores, impede uma crise de sentido generalizada. Ainda que as instituições intermediárias devam ser identificadas por análise empírica, os *media* aparecem, senão como instituição intermediária *a priori*, como uma das novas instituições de orientação de sentido inventadas pela sociedade moderna, e com “papel-chave”.

Uma palavra a respeito dos meios de comunicação de massa desde a atividade editorial até a televisão: como já se observou muitas vezes e acertadamente, essas instituições desempenham um papel-chave na orientação moderna de sentido ou, melhor, na comunicação de sentido. São intermediadoras entre a experiência coletiva e a individual, oferecendo interpretações típicas para problemas definidos como típicos. Tudo o que as outras instituições produzem em matéria de interpretações da realidade e de valores, os meios de comunicação selecionam, organizam (empacotam), transformam, na maioria das vezes no curso desse

⁵ Para os autores, sentido é “a consciência de que existe uma relação entre as experiências” (2004, p. 15).

processo, e decidem sobre a forma de sua difusão (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 68).

Os meios de comunicação de massa têm papel-chave não apenas por mediar a interação do indivíduo com a sociedade, mas por mediar também a interação do indivíduo com as outras instituições. Os autores não falam especificamente do jornalismo como instituição, embora esse papel de dupla mediação possa ser imputado também ao jornalismo. Vale pontuar, no entanto, algo que parece evidente, mas que é desprezado com recorrência: *media* e jornalismo não são a mesma coisa. Basta, por exemplo, acompanhar a programação televisiva para ver que apenas uma parte, via de regra pequena, é produção jornalística. Além disso, seria um erro confundir o meio (por exemplo, o jornal impresso, onde também nem tudo é jornalismo) com o fenômeno (jornalismo). O fato de a instituição ser uma realidade objetiva em absoluto significa que ela precisa ser palpável, ou que ela se confunda com seu produto materializado. Distinção feita, deve-se considerar o quão difuso é hoje diferenciar o jornalístico do não jornalístico e que o jornalismo não pode ser entendido apartado dos *media*.

Entre as dimensões de definição do jornalismo, Barbie Zelizer (2004) identifica cinco cenários que prevalecem na literatura acadêmica: o jornalismo visto como uma profissão, como uma instituição, como um texto, como os jornalistas e como um conjunto de práticas. São, obviamente, perspectivas que não se excluem mutuamente. Quanto à perspectiva específica que interessa aqui, as incertezas aparecem como elemento importante de análise: “Considerar o jornalismo como uma instituição é, por definição, tratar das contingências históricas e situacionais em relação as quais o jornalismo desempenha uma série de tarefas ou funções sociais, culturais, econômicas e políticas” (ZELIZER, 2004, p. 36-37, tradução livre)⁶.

Algumas pesquisas em Jornalismo, especialmente nos Estados Unidos (iniciadas por publicações de Cook, em 1998, e Sparrow, em 1999), trabalham com ideias do chamado *novo institucionalismo*, que apareceu nas ciências sociais nos anos 1970 e início dos anos 1980. Embora haja discordâncias internas, os neoinstitucionalistas trabalham com uma estrutura comum de compreensão da ação social. David Ryfe (2006, p. 137-138) apresenta essa estrutura em cinco princípios:

⁶ To regard journalism as an institution is by definition to address the historical and situational contingencies against which journalism performs a range of social, cultural, economic, and political tasks or functions.

- Instituições fazem a mediação do impacto das forças dos macroníveis nas ações individuais dos microníveis;
- Instituições evoluem em um “padrão dependente de um caminho”⁷ (porque padrões com *feedback* positivo incentivam que os atores sociais se adaptem a eles em vez de buscarem mudar a ordem institucional);
- Dependência de caminho significa que a passagem do tempo e a sequência de eventos e processos são cruciais;
- Passagem do tempo e sequência levam ao conceito de periodização: investigar a história das instituições, desde a iniciação, passando pela elaboração, até a desintegração ou reformulação;
- Ordens institucionais irão se reproduzir na ausência de um choque no sistema.

Para Cook e Sparrow, as rotinas e práticas que definem o jornalismo, como imparcialidade, objetividade e a “pirâmide invertida”, são instituições, por estarem enraizadas no campo jornalístico. Há outras diretrizes em comum entre os dois, mas, segundo Ryfe (2006), Cook e Sparrow já começam com uma divergência fundamental que leva a imagens muito diferentes do jornalismo: Sparrow acredita que as forças econômicas são os principais macro-níveis sob mediação das rotinas jornalísticas, enquanto Cook entende o Estado ou, mais amplamente, os sistemas políticos como a maior força exógena à produção noticiosa. As rotinas e práticas jornalísticas são, nesses casos, as instituições que fazem a mediação entre os macro-níveis e as ações dos jornalistas.

A versão de Sparrow do *novo institucionalismo* sugere que, ao menos quanto aos *media* nacionais, em tempos normais, deve-se esperar forte homogeneidade nas notícias. Essa homogeneidade faz dos *media* uma instituição política particularmente poderosa (RYFE, 2006). Na imagem de Cook do jornalismo como instituição, os jornalistas agem mais como um sistema de grupo de interesse do que como uma instituição monolítica. “Essa imagem sugere que, como uma instituição, os *media* noticiosos são muito mais permeáveis do que Sparrow admite” (RYFE, 2006, p. 140, tradução livre)⁸.

No Brasil, Carlos Eduardo Franciscato (2003) usa em sua tese de doutorado a expressão “jornalismo” considerando um fenômeno específico que compreende duas dimensões: a “instituição jornalística” e a “atividade jornalística”. A primeira refere-se a um “aspecto coletivo e organizacional do jornalismo, sob a perspectiva de uma instituição com

⁷ No original, “path-dependent pattern”.

⁸ This image implies that, as an institution, the news media are much more permeable than Sparrow allows.

certa carga de racionalidade, que aglutina, organiza e dá unidade a normas de ação e valores culturais institucionalizados” (2003, p. 22). A segunda representa o conjunto de práticas executadas pelos jornalistas e de normas, valores e conhecimentos que orientam essas práticas. Franciscato explica que trata-se de um esquema “predominantemente operacional”. Só que as práticas, as normas, os valores e os conhecimentos que aparecem como “atividade jornalística” também são instituições.

Enquanto a distinção feita por Franciscato valoriza o jornalismo como instituição em um sentido mais global, com alguma unidade, o enfoque dos neoinstitucionalistas recai sobre um viés de certo modo pragmático, voltado para a homogeneidade ou heterogeneidade das notícias e para as rotinas jornalísticas cristalizadas. As duas perspectivas são válidas e complementares. Mas sem o devido estabelecimento de níveis institucionais, o segundo movimento teórico necessário, de combate à imprecisão do conceito de instituição e categorização ante a amplitude de aplicações, segue em aberto.

Entre instituição e campo

A noção de campo, que aparece com mais frequência nos estudos em Comunicação e Jornalismo do que a de instituição, certamente traz contribuições à abordagem institucional. Como diz Rodney Benson (2006), um diálogo sobre pontos fortes e fracos de cada perspectiva pode fazer avançar os dois projetos. A *teoria dos campos*, de Pierre Bourdieu, e o *novo institucionalismo*, trazido ao jornalismo por Cook e Sparrow, têm similaridades. A *teoria dos campos* retrata a modernidade como um processo de diferenciação em esferas de ação semi-autônomas e cada vez mais especializadas, como o campo político, o econômico ou o cultural; para o *novo institucionalismo*, as sociedades contemporâneas são compostas por um número de ordens institucionais concorrentes e semi-autônomas (BENSON, 2006, p. 188).

As similaridades não significam que campo e instituição sejam sinônimos. A ideia de campo é uma metáfora de jogo, ou seja, remete a disputa regulada por lógicas próprias, e acaba por carregar uma imagem espacial. A de instituição traz algum nível de coesão e estabilidade, por vezes até de unidade – ainda que as instituições sejam repletas de contradições. Um campo contém instituições, assim como indivíduos, estabelecendo diferentes tipos de relação entre si.

Para Bourdieu (2004), a noção de campo permite apreender a particularidade na generalidade e a generalidade na particularidade. Os campos sociais, quaisquer que sejam,

são arenas de luta, mas a relação de forças que caracteriza cada campo é estabelecida por regras próprias e capitais específicos. Nas pegadas de Bourdieu, Clóvis de Barros Filho e Luís Sá Martino entendem campo como “um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, claramente independentes da existência física dos agentes que as ocupam” (2003, p. 36).

O grau de autonomia de um campo permite aferir a vinculação a outros campos, se há clara definição de princípios internos ou uma dependência estrutural externa. A ideia de campo traz intrinsecamente, por um lado, a relativa independência e, por outro, a atuação combinada aos demais campos. O caráter relacional está sempre presente, de modo que o binômio autonomia-heteronomia só pode ser entendido enquanto um gradiente, extremidades de um contínuo.

Como todo campo, diz Benson (2006), o campo jornalístico é estruturado em torno da oposição entre o polo heterônomo, das forças externas ao campo, e o polo autônomo, do capital específico do campo. Para Bourdieu, o jornalismo faz parte do campo de poder, enredado entre o poder cultural e o poder econômico, com mais força para o segundo: o campo jornalístico está “cada vez mais sujeito à dominação direta ou indireta da lógica comercial” (1997, p. 110) – o que eleva o grau de heteronomia.

Dois outros conceitos de Bourdieu são fundamentais para o entendimento de como funcionam os campos sociais – e contribuem também para a perspectiva das instituições. Trata-se de *habitus* e capital social. O núcleo gerador do cotidiano seria constituído pelo *habitus* somado às especificidades de interação de cada campo (BARROS FILHO; MARTINO, 2003). Assim, a ação social se funda na relação entre estruturas incorporadas de ação (*habitus*) e estruturas objetivas dos campos, o que torna o vínculo entre as duas noções evidente.

Campo e *habitus*, na sociologia de Bourdieu, integram um todo ontológico. Não há um sem o outro. São indissociáveis. O *habitus* de um ator social é estruturado por posições sociais, constitutivas de um campo qualquer, incorporadas em forma de disposições. O campo, por sua vez, é estruturado por posições sociais em deslocamento definidas e redefinidas por tomadas de posição, ações decorrentes de um senso prático e observadas enquanto posições sociais. Ora, campo e *habitus* são, como diz Bourdieu, reciprocamente estruturados e estruturantes (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p. 12).

A relação entre campo e *habitus* em Bourdieu dialoga com a concepção dialética de Berger e Luckmann, fundada em três momentos da realidade social: “A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social” (2008, p. 87). Quando se fala da realidade objetiva que são as instituições, é preciso lembrar que há sempre interação com realidades subjetivas. A rigor, é assim que se dá a construção social da realidade de que falam os autores, no processo também indissociável entre exteriorização-objetivação-interiorização.

O *habitus*, para Bourdieu (2009), é, ao mesmo tempo, presença operante do passado do qual é produto e aquilo que confere às práticas “independência relativa”. A lógica da ação trabalha com duas objetivações: a objetivação nos corpos e a objetivação nas instituições. A primeira corresponde ao *habitus*, que “opera a reativação do sentido objetivado nas instituições” (2009, p. 94, grifo no original). O *habitus* é, portanto:

[...] o que permite habitar as instituições, se apropriar delas na prática, e assim mantê-las em atividade, em vida, em vigor, arrancá-las continuamente do estado de letra morta, de língua morta, de fazer reviver o sentido que ali se encontra depositado, mas impondo-lhe as revisões e as transformações que são a contrapartida e a condição da reativação. Mais ainda, ele é o meio pelo qual a instituição encontra sua plena realização: a virtude da incorporação, que explora a capacidade do corpo em levar a sério a magia performativa do social, é o que faz com que o rei, o banqueiro, o sacerdote sejam a monarquia hereditária, o capitalismo financeiro ou a Igreja feitos homem (BOURDIEU, 2009, p. 95).

Além de se objetivar nas coisas, a instituição se objetiva nas pessoas, nos corpos. Essa incorporação, o *habitus*, traz economia para a ação, dispensando cálculo. Assim, Bourdieu (2004) busca reintroduzir os agentes, que no estruturalismo eram “epifenômenos da estrutura”, sem cair no subjetivismo. As condutas não são estratégia consciente nem tampouco determinação mecânica: “Os agentes de algum modo *caem* na sua própria prática, mais do que a escolhem de acordo com um livre projeto, ou do que são empurrados para ela por uma coação mecânica” (BOURDIEU, 2004, p. 130, grifo no original).

Falta tratar do conceito de capital social, que representa “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo” (BOURDIEU, 1998, p. 67, grifo no original). Essa visão questiona a perspectiva economicista e amplia o entendimento tradicional de capital que, para Bourdieu, pode trazer lucros não só materiais, mas também simbólicos.

Assim como há um *habitus* próprio do jornalista, o funcionamento do campo jornalístico conta com um capital social específico que circula nas relações internas entre instituições e agentes, e destes com os outros campos. Segundo Christa Berger, “O capital do campo do jornalismo é, justamente, a credibilidade” (2003, p. 21). É com base na credibilidade – mas não apenas nela –, esse capital não tangível, que cada jornal e cada jornalista exerce sua força no campo.

A instituição jornalística

A tese de Jean Chalaby (2003) de que o jornalismo é uma invenção anglo-americana do século XIX fundamenta-se na ideia de que foi naqueles lugares, naquele período que o jornalismo como se conhece hoje se institucionalizou e se transformou em um campo autônomo⁹. Chalaby estabelece comparações entre o jornalismo impresso na Inglaterra e nos Estados Unidos, de um lado, e na França, de outro. O jornalismo anglo-americano trazia mais notícias e tinha melhores serviços de recolha da informação – com a figura do repórter, o correspondente estrangeiro e as agências de notícias –, além do que práticas discursivas próprias do jornalismo, como a entrevista e a reportagem, foram desenvolvidas nos Estados Unidos.

Antes de meados do século XIX, segundo Fidalgo, “[...] já há **jornais** mas ainda não há **jornalismo** nem **jornalistas**” (2006, p. 74, grifo no original). Os motivos deste jornalismo centrado mais em fatos e menos em opinião ter sido inventado em Nova Iorque e Londres, e não em Paris, estão relacionados principalmente, segundo Chalaby, a origens culturais, causas políticas e razões econômicas¹⁰.

No âmbito da cultura, o jornalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra se desenvolveu com independência em relação ao campo literário, o que não ocorreu na França, onde o capital literário tinha grande importância no jornalismo: “A maior honra para um jornalista francês era ser acolhido pela Academia Francesa” (CHALABY, 2003, p.

⁹ Jorge Pedro Sousa (2008), citando Alejandro Pizarroso Quintero, apresenta três grandes opiniões sobre a origem do fenômeno jornalístico: 1) existe desde a Antiguidade, quando já havia dispositivos para troca regular e organizada de informações atuais (notícias); 2) é uma invenção da modernidade, ligado ao surgimento da tipografia e da imprensa na Europa; 3) nasce no século XIX devido ao aparecimento quer de dispositivos técnicos, como impressoras e rotativas, quer de dispositivos auxiliares, como o telégrafo e a máquina fotográfica. As duas primeiras seriam interpretações “sócio-culturais”, enquanto a terceira seria “técnica”. Sousa defende a primeira, apesar de se referir, no período anterior à modernidade, a fenômenos pré-jornalísticos. Embora Chalaby filie-se à terceira, os argumentos por ele adotados não se concentram em questões técnicas. Por minha parte, entendo o jornalismo como fenômeno tipicamente da modernidade, mas que cristaliza seu processo de institucionalização no século XIX. Assim, concordo em parte com Chalaby.

¹⁰ Chalaby (2003) considera ainda fatores linguísticos, na comparação entre as línguas inglesa e francesa, e fatores internacionais, levando em conta a posição anglo-americana dominante no mundo.

39). Havia ainda uma hierarquia das práticas discursivas jornalísticas, estabelecida pela “literaridade” de cada uma.

As causas políticas são em parte de natureza histórica, em parte de natureza sociológica. A de natureza histórica é a repressão governamental, que se prolongou na França mais do que nos Estados Unidos e na Inglaterra. A de natureza sociológica diz respeito ao enquadramento das lutas políticas, que nos dois países de língua inglesa limitava-se ao bipartidarismo parlamentar, enquanto na França o espaço das alternativas políticas era mais aberto. Por lá, no século XIX, as lutas políticas assumiam caráter mais violento, e muitos jornalistas estavam comprometidos na publicização de doutrinas políticas. “Na Inglaterra como na América, apesar de muitos jornais possuírem, e algumas vezes afirmarem, preferências políticas, não se podia dizer que algum deles assumisse o papel militante ou partidário dos jornais franceses” (CHALABY, 2003, p. 45).

Quanto às razões econômicas, as forças do mercado foram mais importantes na consolidação do jornalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde os jornais conseguiram receitas de vendas e publicidade. “Estas importantes receitas contribuíram para autonomizar a imprensa americana e britânica da esfera da política” (CHALABY, 2003, p. 45). Enquanto, na França, poucos jornais “eram financeiramente independentes e muitos aceitaram subornos através dos quais o governo e os partidos políticos os controlavam” (CHALABY, 2003, p. 46).

As justificativas clarificam o fato de que o jornalismo francês permaneceu sob forte influência do campo político e do campo literário, ao passo que o campo jornalístico nos Estados Unidos e na Inglaterra consolidou regras próprias de funcionamento que permitiram mais autonomia em relação aos outros campos – em contrapartida, diga-se, houve aproximação com o campo econômico. Também para Bourdieu, é no século XIX que o campo jornalístico se constitui. Ele posiciona essa constituição “em torno da oposição entre os jornais que ofereciam antes de tudo ‘notícias’, de preferência ‘sensacionais’ ou, melhor, ‘sensacionalistas’, e jornais que propunham análises e ‘comentários’” (1997, p. 104-105, grifo no original). Enquanto Chalaby argumenta sobre a invenção, Bourdieu enfatiza a oposição como constituinte do campo.

No Brasil, segundo Liriam Sponholz (2009), a mudança na estrutura econômica dos jornais não levou necessariamente a uma transformação política. *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, por exemplo, tornaram-se empresas no começo do século XX, mas continuaram defendendo objetivos políticos. Do mesmo modo, em relação à literatura, o

estilo dominante no jornalismo era o literário e alguns jornalistas sonhavam com a carreira de escritor. “O jornalismo não desenvolveu características próprias, que o diferenciasse da literatura e com isso não conseguiu se estabelecer como um campo autônomo” (SPONHOLZ, 2009, p. 63).

Isso só foi ocorrer nos anos 1950, sendo um marco a chegada do lead nas redações brasileiras, a partir da reforma do *Diário Carioca*, por proporcionar o desenvolvimento de uma linguagem jornalística própria e a emancipação do campo literário (SPONHOLZ, 2009). As diferenças entre a institucionalização do jornalismo e sua formação como campo autônomo nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e no Brasil mostram as nuances que o ambiente social traz. Como diz Jepperson, “[...] institucionalização é uma propriedade relativa: nós decidimos se consideramos um objeto como sendo uma instituição dependendo do contexto analítico” (1991, p. 146, tradução livre)¹¹. Por isso não devem ser desprezadas as variações que a instituição jornalística ganha em diferentes espaços nacionais.

Até hoje, como mostra pesquisa citada por Benson (2006), em comparação com o New York Times, a imprensa francesa de elite é mais diversa ideologicamente, mais crítica e mistura fatos e opinião nos relatos noticiosos em maior escala. Pode-se criticar a perspectiva de invenção anglo-americana do jornalismo entendendo que se trata apenas da maneira hegemônica de fazer jornalismo. Mas, inegavelmente, padrões de controle internos ao jornalismo que emergiram ou se consolidaram naquele contexto passaram a ser fundamentais à instituição e ao campo jornalístico.

A institucionalização, no século XIX, do repórter, da reportagem e de outros papéis e padrões sociais que dão base ao jornalismo ajuda a fundar o que se pode chamar mais genericamente de instituição jornalística. A instituição, nesse nível mais abstrato, precisa de mecanismos e agentes que a efetivem. Tem-se, assim, a formação de instituições dentro das instituições. A instituição em nível macro não existe previamente ao estabelecimento de instituições internas a ela. O processo se impõe de modo concomitante: a instituição jornalística, no caso, dá forma a suas microinstituições ao mesmo tempo em que só se constitui como instituição a partir delas.

Chamar papéis, ambientes, estruturas, procedimentos, formatos, práticas e rotinas ligados ao jornalismo de microinstituições é uma forma de fazer o segundo movimento teórico, estabelecer os níveis institucionais que, como foi dito, parecem necessários para

¹¹ [...] institutionalization is a relative property: we decide whether to consider an object to be an institution depending upon analytical context.

evitar imprecisões no momento de analisar a(s) instituição(ões) jornalística(s). Essas instituições, como o lead ou a redação, por exemplo, são micro apenas na medida em que se fazem relacionadas ao jornalismo enquanto instituição macro. Tomadas por si, são instituições completas como quaisquer outras. E até se tornam macro caso se identifique instituições que atuam internamente a elas. A categorização nesses termos só é possível em caráter relacional.

A instituição jornalística, afora ser um agrupamento de instituições, tem sua própria identidade cunhada pelo lugar que ocupa na sociedade. Diferencia-se das microinstituições que traz consigo por pairar sobre os indivíduos de modo menos tangível, como uma espécie de macronível – e aqui não se trata de uma dimensão relativa. Como os meios de comunicação, a instituição jornalística faz a intermediação indivíduo-sociedade e indivíduo-outras instituições. É uma instituição de orientação de sentido típica da modernidade, uma instituição secundária, na categoria de Arnold Gehlen seguida por Berger e Luckmann (2004), como são as instituições de sociedades como a atual, em que sentidos e valores não são supraordenados.

Seguindo a distinção proposta por Castoriadis (2004), o jornalismo seria uma instituição segunda. A instituição primeira da sociedade é o fato de que a sociedade cria a si mesma, “dotando-se de instituições animadas por significações imaginárias sociais específicas à sociedade considerada” (2004, p. 169). As instituições segundas são divididas em duas categorias: as transistóricas, que são diferentes em cada sociedade, mas não há sociedade sem elas (como a linguagem, o indivíduo e a família); e as específicas a cada sociedade, que nelas desempenham papel central (Castoriadis cita como exemplos a pólis grega e a empresa capitalista). Como não é um fenômeno imanente a toda sociedade humana – já houve sociedade sem –, o jornalismo, por essa categorização, seria uma instituição segunda específica da modernidade.

Entender a instituição jornalística pela categorização de Castoriadis não faz avançar muito. É preciso pensar sobre o que torna o jornalismo uma instituição singular. Afinal, qual é a especificidade da instituição jornalística? O que a faz diferente das demais? Nesse ponto, Christa Berger e Franciscato dão um passo importante ao identificar a definição social e o papel social específicos do jornalismo como instituição:

[...] a definição social do jornalismo está na passagem do acontecido para seu relato que, para Bourdieu, pertence ao poder simbólico (poder de consagrar pessoas e instituições) e faz parte da função mediadora da imprensa, não encontrando-se em

nenhuma outra instituição, social ou cultural, a mesma competência. (BERGER, 2003, p. 22)

Como instituição social, o jornalismo cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. A instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas (FRANCISCATO, 2003, p. 22).

As duas proposições posicionam o jornalismo na relação linguagem-mundo, em que o relato construído diz respeito a um referente. Berger enfatiza o poder simbólico e a mediação que circundam esse “dar sentido” às ocorrências da realidade. Franciscato pontua que, pelo discurso, o mundo é reconstruído levando em conta uma fidelidade entre o relato jornalístico (realidade midiática, secundária) e as ocorrências cotidianas (realidade social, primária). E o que é o relato jornalístico, ou o que Sponholz chama de “realidade midiática”, senão “resultado do processo de produção do conhecimento do jornalismo” (SPONHOLZ, 2009, p. 12)? Para completar, a reconstrução discursiva produzida pela instituição jornalística não se destina a um auditório restrito ou especializado; atende a um “público amplo, disperso e diferenciado”. Mas o fato de o jornalismo ser também um tipo específico de discurso e uma forma de conhecimento ainda não leva à singularidade do jornalismo como instituição social. É preciso refinar a busca pelas especificidades.

O desafio é pensar como a instituição jornalística se assenta hoje no meio social ante os tensionamentos que se impõem sobre ela. A intensificação das mudanças tecnológicas, as novas formas de interação social e difusão de informação, a fluidez da outrora estável separação entre emissor e receptor e as indefinições quanto a alternativas para o modelo de negócios são exemplos de cartas que já estão no jogo. Além disso, se a diferenciação de ações dentro de campos institucionais é característica das sociedades modernas (BERGER; LUCKMANN, 2004), a complexidade agora é lidar, como diz José Luiz Braga (2012) com um atravessamento dos campos sociais estabelecidos por circuitos marcados pela midiáticação¹²:

Não estamos sugerindo que os campos sociais se diluam em favor de uma espécie de ‘comunicação direta’ da sociedade através de redes difusas. Mas afirmamos que

¹² Na sociedade de midiáticação, “a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade” (FAUSTO NETO *apud* BRAGA, 2012, p. 34-35). É um deslocamento em relação à “sociedade dos meios”, em que o campo dos *media* teria relativa autonomia.

as mudanças decorrentes de processos de interação ‘em midiaticização’ modificam (e modificarão crescentemente) o perfil, os sentidos e os modos de ação dos campos sociais; que outros campos se desenvolvem; e sobretudo que os modos de interação entre os campos sociais e entre cada um destes e a sociedade ao largo continuarão a se modificar (BRAGA, 2012, p. 46).

Os estudos que enveredem no rumo do jornalismo como instituição social ou como campo social devem levar em conta essa lógica transversal que pode exigir ajustes internos ao campo/instituição. A questão não é, necessariamente, de declínio institucional, desinstitucionalização. Vera França e Laura Corrêa sinalizam: “[...] as transformações tecnológicas no universo midiático contemporâneo, bem como as mudanças nos próprios valores que orientam sua prática, acionam um processo não de liquidação, mas de reinstitucionalização do jornalismo” (2012, p. 11). O jornalismo se institucionalizou e legitimou nas sociedades modernas; há marcos substanciais localizados em momentos específicos da história da instituição. Mas mudanças institucionais podem exigir reiterações ou alterações desses processos.

Referências

BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O *habitus* na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BENSON, Rodney. News media as a “Journalistic Field”: what Bourdieu adds to new institutionalism, and vice versa. **Political Communication**, v. 23, p. 187-202, 2006.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Cap. 12, p. 163-168.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Estruturas, *habitus*, práticas. In: BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009. Livro 1, Cap. 3, p. 86-107.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. III, p. 65-69.

BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In: BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. P. 99-120.

BRAGA, José Luiz. Circuitos *versus* campos sociais. In: JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (org.). **Mediação e mediação**. Salvador: EDUFBA, 2012. P. 31-52.

CASTORIADIS, Cornelius. Instituição primeira da sociedade e instituições segundas. In: CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras do pensável**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Cap. 3, p. 155-171.

CHALABY, Jean. O jornalismo como invenção anglo-americana: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano. **Media e Jornalismo**, Lisboa, Ano 2, n. 3, p. 29-50, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewFile/6120/5580>. Acesso em: 24 set. 2011.

FIDALGO, Joaquim. **O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas**. 2006. 652 f. Tese (Doutorado) - Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6011/3/JFIDALGO_2006_Tese_Doutoramento.pdf. Acesso em: 22 jun. 2012.

FRANÇA, Vera Regina Veiga; CORRÊA, Laura Guimarães. Apresentação. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; CORRÊA, Laura Guimarães (org.). **Mídia, instituições e valores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. P. 7-11.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. 2003. 336 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador. Disponível em: <http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Carlos-Eduardo-Franciscato.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2011.

JEPPERSON, Ronald L. Institutions, institutional effects, and institutionalism. In: POWELL, Walter W.; DiMAGGIO, Paul (org.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. Cap. 6, p. 143-163.

RYFE, David Michel. New institutionalism and the news. **Political Communication**, v. 23, p. 135-144, 2006.

RYFE, David M.; BLACH-ORSTEN, Mark. Introduction. **Journalism studies**, v. 12, n. 1, p. 3-9, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, Jorge Pedro (org.). **Jornalismo: história, teoria e metodologia: perspectivas luso-brasileiras**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. P. 12-93.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

ZELIZER, Barbie. **Taking journalism seriously**: news and the academy. Thousand Oaks: Sage, 2004.